
NAIR HELOISA BICALHO DE SOUSA
Instituto de Planeamento Económico
e Social de Brasília

Especificidade e Ambiguidade no Processo de Constituição de um Sujeito Coletivo

331

Este trabalho discute a trajetória da formação do sujeito coletivo junto aos trabalhadores brasileiros da construção civil. Partindo da articulação indivíduo/coletivo, analisa as particularidades e ambiguidades da categoria assentadas na enorme fragmentação dos operários do setor e no processo emergente de constituição de ações coletivas (quebras e greves) pautadas pela explosividade e violência.

Dois momentos apontam com certa clareza o surgimento de um sujeito coletivo constituído pelo caráter público e como expressão de direitos: as greves de 1979, quando se constituíram os Comandos de Greve, embriões deste sujeito e o processo de formação das Oposições Sindicais a partir destas experiências grevistas em diversas cidades do país.

A proposta de trazer à tona esta discussão está referida à presença de uma enorme fragmentação das vivências dos trabalhadores brasileiros da construção civil nos locais de trabalho, no convívio familiar, nas atividades de lazer e cultura, compondo um universo recortado por relações, práticas e experiências pessoais diferenciadas. Este campo centrado na individualidade se contrapõe à problemática da construção de um coletivo através de ações grupais, de categoria ou de classe, onde a dimensão da ação coletiva resgataria e sedimentaria as múltiplas vivências parceladas.

Esta articulação entre a ordem individual e a ordem coletiva aparece em Kergoat ao tratar da questão das lutas de operárias metalúrgicas francesas (Kergoat, 1989). A especificidade da situação dessas mulheres trabalhadoras é expressa através de práticas defensivas individualizadas diante da organização técnica e social do trabalho e da referência fundamental estabelecida com a esfera da reprodução da força de trabalho.

**A dialética do
individual e do
coletivo**

Buscando a articulação entre indivíduo, grupo e coletivo⁽¹⁾ no contexto da organização do trabalho, Kergoat encontra no caso feminino grande atomização (concorrência entre as operárias) e no caso masculino a clivagem (jovens/velhos, rurais/urbanos, solteiros/casados), conseguindo este último “manter um mínimo de auto-regulação e controle coletivo sobre o funcionamento do grupo de trabalho” (1989:2). No caso feminino, não há mediação do grupo e em momentos de medo, ocorre o enfrentamento solitário de cada trabalhadora diante da máquina, da chefia e da organização do trabalho.

A emergência de um sujeito coletivo forjado na solidariedade, ainda que mais difícil no caso das mulheres, realiza-se por ocasião da greve, quando a atomização é superada pelo igualitarismo como objetivo do grupo (acesso igualitário à luta e ao seu controle independente das diferenças na esfera da reprodução). Este momento é caracterizado pelo súbito e o imprevisível: “pela manhã, a fábrica trabalha de modo aparentemente normal. Em seguida, brutalmente, a greve” (*id.*:12). As mesmas mulheres que até então se subordinavam à organização técnica e social do trabalho, passam a enfrentar inclusive fisicamente a polícia e os supervisores da produção. Esta articulação entre submissão e explosão configura um modelo de luta lembrado pela autora como “a gota d’água que faz transbordar o copo”.

As reflexões de Kergoat conduzem à perspectiva da multiplicidade da esfera subjetiva (Canevacci, 1981). Ou seja, a articulação do indivíduo enquanto membro de uma classe social com suas especificidades determinadas ao nível da raça, sexo, família e geração, leva a uma abordagem da questão operária onde os matizes e as clivagens que cada operário(a) consegue elaborar na sua trajetória individual, combina-se ao processo de condensação de tensões e conflitos presentes no mundo do trabalho, resultando em maior ou menor grau no surgimento de ações coletivas unificadoras dessas diferenças.

A pesquisa em desenvolvimento sobre os trabalhadores da construção civil vem demonstrando certa similaridade

(1) Kergoat (1989:3) estabelece uma diferenciação clara entre os conceitos de grupo e de sujeito coletivo: “Um grupo não forma necessariamente um coletivo. O fato de os membros de um grupo terem práticas comuns não significa que por isso eles sejam coletivos, isto é, que o grupo funcione como “sujeito coletivo” de sua própria história. Para que isto ocorra é preciso que a mudança de prática (coletiva) corresponda a uma modificação da tomada de consciência (individual). Ou, em outros termos, que não exista disjunção entre o caráter coletivo das práticas e o caráter individual da vivência dessas práticas”.

entre o comportamento das metalúrgicas francesas e os “piões de obra”, sem com isso descartar as particularidades de gênero apontadas pela autora. A articulação entre indivíduo, grupo e coletivo neste setor de classe tem-se caracterizado pelo enfrentamento solitário do trabalhador ao nível da organização técnica e social do trabalho, com exceção dos grupos profissionais específicos (carpinteiros, armadores, pedreiros, etc.) que pressionam por melhores condições de remuneração. Neste sentido, a constituição do sujeito coletivo da categoria passa por situações similares às descritas por Kergoat (greves súbitas e explosivas) e experiências organizativas e representativas no plano sindical.

O trabalho de Sader torna-se uma referência necessária para a análise do caso dos trabalhadores da construção civil, à medida que define sujeito coletivo como “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (Sader, 1988:55). Colocando-se como contraponto ao caso em estudo ao trabalhar com movimentos sociais paulistas (sindicato metalúrgico de São Bernardo, oposição sindical metalúrgica de São Paulo, clube de mães da periferia sul de São Paulo, movimento de saúde da zona leste de São Paulo) que mais avançaram na experiência de luta social e política dos anos recentes, ele combina a emergência de um novo sujeito (coletivo) com a experiência cotidiana das classes populares e uma prática nova voltada para a criação de direitos.

O eixo da experiência social e política dos trabalhadores da construção civil parece constituir uma situação bastante diferenciada à medida em que tradicionalmente estiveram ausentes da esfera sindical e político-institucional e vêm apresentando escassas vivências comunitárias organizadas. Neste sentido, tratar a problemática do sujeito coletivo junto aos operários deste setor industrial implica em um esforço teórico adicional para compreender as especificidades e ambiguidades deste caso.

A indústria da construção no Brasil (Grandi, 1984 e 1985) possui uma dinâmica pautada em dois mecanismos básicos: a descentralização de suas atividades e a descontinuidade do processo produtivo. A primeira corresponde ao deslocamento permanente através de unidades produtivas respon-

sáveis por um determinado projeto de acordo com a obra a ser construída. A segunda está relacionada ao “princípio de sucessão” (etapas, fases, turmas) presente no caráter manufatureiro do setor, onde predomina um processo descontínuo, heterónomo e heterogêneo. Esta indústria utiliza um sistema de subcontratação de empresas especializadas em atividades e etapas específicas (fundação, drenagem, etc.), em locação de trabalhadores qualificados (armadores, carpinteiros, pintores), contratando também os chamados “gatos”⁽²⁾ para este fim.

Esta indústria tem-se configurado como “porta de entrada” (Durham, 1973; Potengy, 1980) de migrantes no mercado de trabalho urbano. Enquanto em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte (região sudeste) e Brasília (região centro-oeste), o contingente migratório rural é oriundo de outros estados, a maioria deles situados na região nordeste, segundo depoimentos de representantes sindicais patronais e dos trabalhadores do ramo, em Curitiba e Porto Alegre (região sul) a maioria é originária do interior dos estados, principalmente de áreas atingidas pela mecanização, ressaltando as obras de maior porte, onde se encontram migrantes oriundos de outros estados.

A PEA (população economicamente ativa) da indústria da construção vem crescendo progressivamente em números absolutos nas últimas décadas. De 7,7% (781.247 trabalhadores) do total de empregados não-agrícolas em 1960, passou a 10,9% (1.719.714) em 1970 e a 10,8% (3.151.094) em 1980, alcançando um terço do total da força de trabalho do setor industrial. A participação da mão de obra de origem rural no ramo foi estimada em 32% para a primeira década e 22% para a segunda (Grandi, 1985:374).

O conjunto dos trabalhadores da indústria da construção é constituído maciçamente pelo sexo masculino (98,2% da PEA do setor em 1980), provavelmente devido à natureza do processo de produção, onde se destaca o uso da força física, a insalubridade e os riscos de vida. A faixa etária média do ramo situa-se entre 30 e 33,5 anos de idade, sendo que a maioria dos trabalhadores estão na idade de 20 a 49, concentrando-se principalmente entre 30 e 39 (PNAD 1973, IBGE). Quanto à escolaridade, do total de 3.151.094 trabalhadores em 1980, 80,3% da categoria encontra-se entre a condição de analfabeto até quatro anos de instrução.

(2) Sub-empregados sem idoneidade econômico-financeira, agindo como intermediários entre a empresa e os operários.

A prática do trabalho clandestino é utilizada amplamente pelas empresas do setor (Morice, 1989). O argumento empresarial aponta no sentido da instabilidade dos recursos disponíveis pelos cofres públicos para dar andamento à política habitacional, preferindo muitas vezes transferir aos “gatos” a responsabilidade pelas contratações clandestinas e demissões, limitando-se a cumprir apenas as exigências mínimas da previdência social. Esta dinâmica de funcionamento acaba provocando altíssimas taxas de rotatividade (Grandi, 1979; Silva, 1981), tornando-se uma das características básicas deste ramo. Da parte dos trabalhadores a rotatividade é alimentada como uma válvula de escape das condições espoliativas e opressivas vivenciadas no processo de trabalho, além de oportunidade para reorganizar o orçamento doméstico através do recebimento dos direitos trabalhistas.

O canteiro de obra é o local onde a força de trabalho da indústria da construção é socializada de acordo com as regras definidas pela empresa e com o consentimento da sociedade. Um processo de aprendizagem regido pela disciplina e controle, mantendo os trabalhadores sob vigilância explícita dos encarregados de turma, mestres e engenheiros. A existência de alojamentos torna-se uma forma de “capitalização do descanso”, à medida que garante a permanência dos operários no local de produção, facilitando jornadas extra nos fins de semana e feriados.

A maior parte do contingente de trabalhadores deste ramo industrial situa-se nos limites das condições de reprodução da força de trabalho, ou seja, 75,1% dos empregados e 77,6% dos autônomos ficam dentro de uma faixa salarial entre um (caso dos não-qualificados) e dois salários mínimos (caso dos qualificados), mantendo-se neste patamar durante a década de oitenta (PNAD, 1973, IBGE). O uso intensivo da força de trabalho é um elemento fundamental para o funcionamento da construção civil. A divisão manufatureira do trabalho, baseada em instrumentos rudimentares adaptados às diferentes operações, pouco utiliza máquinas, as quais se restringem apenas a tarefas complementares. Grupos de operários com diferentes habilitações revezam-se em cada etapa da obra, coordenados pelo mestre, o organizador da cooperação e fiscal das atividades técnicas.

A jornada de trabalho vigente extrapola os limites legais através de práticas denominadas “serão” (prolongamento da jornada diurna até meia noite no máximo) e “virada” (até trinta

e cinco horas ininterruptas de trabalho). A estas formas extensivas de exploração da força de trabalho combina-se a "tarefa" (contratos verbais), exigindo o máximo rendimento da força de trabalho. Essas práticas, combinadas à alimentação precária, falta, ou mal estado dos equipamentos de segurança, constituem fatores responsáveis pelo alto índice de acidentes de trabalho ⁽³⁾.

No cotidiano dos canteiros de obra os operários enfrentam inúmeros problemas, desde a falta de conforto e higiene nos alojamentos e banheiros, a má qualidade da comida da cantina, as condições perigosas e insalubres de trabalho, até ao tratamento recebido por parte dos controladores da produção, ainda predominantemente autoritário e arbitrário. A cantina é um ponto de insatisfação dos trabalhadores devido à precária qualidade da comida (cardápio, modo de preparo, preço, etc.), a qual não permite uma dieta necessária para suprir o enorme desgaste físico no processo de trabalho. Desde os anos cinquenta, quebras de cantinas de obra têm sido um marco do protesto coletivo dos trabalhadores diante da falta de condições mínimas para a reprodução da força de trabalho.

Os "quebras" têm sido um instrumento criado pelos próprios operários, geralmente após tentativas individuais e grupais frustradas no sentido de obter resposta a situações intoleráveis. O caso do metro do Rio de Janeiro em 1978 (Valladares, 1981) demonstra o recurso à ação direta após inúmeras queixas (más condições de segurança, alojamento e alimentação) junto ao órgão competente do Ministério do Trabalho e ao chefe de pessoal da empresa (falta de pagamento de horas extra, descontos irregulares, etc.) sem resultados efetivos. Esta articulação entre submissão e explosão nos retorna a Kergoat (1989) em sua análise a respeito da eclosão das greves das operárias metalúrgicas, em cujas fábricas predominavam respostas individualizadas diante dos instrumentos de trabalho, das chefias e da organização do trabalho. A contribuição de Kergoat é reforçada por outros estudos (Pimentel, 1978; Sader e Sandroni, 1981; Almeida, 1981) realizados no Brasil onde há referências explícitas ao comportamento explosivo e desorganizado deste setor de classe.

Com este cenário preliminar, torna-se possível retomar as questões iniciais a respeito da articulação entre indivíduo e

⁽³⁾ A indústria da construção no Brasil incorpora em torno de 15% do total da força de trabalho e é responsável por 22% dos acidentes de trabalho registrados.

coletivo, tendo como perspectiva o processo de constituição de um sujeito coletivo junto à categoria dos trabalhadores brasileiros da construção civil. Tradicionalmente desvinculada de sindicatos e partidos políticos, esta tem sido pouco estudada (4) pelos cientistas sociais do país, geralmente mais interessados nas categorias profissionais de ponta da economia, responsáveis pelo avanço do movimento sindical e operário.

A primeira aproximação parte da constituição de uma identidade (Sader, 1988) forjada no cotidiano de trabalho. No espaço dos canteiros ocorre o desenvolvimento de uma sociabilidade operária pautada nos grupos informais do horário de almoço (conversas, brincadeiras e jogos), na solidariedade existente na escolha dos parceiros de trabalho e na divisão das tarefas de grupo, na descontração coletiva na cantina, nos banhos em comum e no convívio nos alojamentos. Este aprendizado coletivo contribui decisivamente para a construção de uma identidade em contraposição aos agentes que controlam o processo produtivo, a qual se manifesta tanto nos atos de submissão (favores prestados aos mestres e encarregados esperando uma contrapartida no momento de saída da obra, delações dos colegas que transgridem as normas disciplinares, trabalho aos sábados, etc.), como nos de revolta (diminuição do ritmo de produção, sabotagem, fuga do posto de trabalho, agressões pessoais, pressão de grupos profissionais por melhores salários, etc.).

O forte sentimento de exclusão social constituído pela condição operária — onde predominam práticas autoritárias das chefias, longas e pesadas jornadas, insalubridade e alto risco de vida, baixos salários, dentre outros — coloca os trabalhadores em um patamar limite de sobrevivência e injeta nessa identidade a categoria pobre como parte integrante de sua configuração. Esta imagem permeia o conjunto deste setor de classe e repercute ao nível das suas práticas individuais e coletivas.

Um dos suportes dessa identidade é a situação de provedor no plano familiar. Neste papel de esteio do grupo, o trabalhador da construção encontra incentivo para tentar obter melhores salários e responder às expectativas para o futuro dos filhos. Dividido entre o trabalho e a família, pouco

(4) Em geral, os poucos trabalhos existentes destacam mais os aspectos sócio-profissionais do que os políticos. Dentre eles, cabe mencionar: Coutinho (1980); Valladares *et al.* (1981); Bicalho de Sousa (1983); Minayo (1986).

sobra para a experiência coletiva de participação em organizações sociais ou políticas a nível de classe ou de bairro. Porém, no local de trabalho inúmeros eventos caracterizam um processo de resistência individual e de grupo. Práticas como o “nó cego” (enrolar o serviço deslocando-se para fora do posto de trabalho ou manter-se com a ferramenta na mão sem produzir), a “pressão por tarefas” (ação organizada para obter proposta de trabalho com maior remuneração) dos grupos profissionais, as saídas antecipadas do posto de trabalho no horário de almoço e no fim da jornada, a demora em solicitar material indispensável ao andamento dos trabalhos, são alguns exemplos da margem de manobra dos operários diante da disciplina e do controle do processo de trabalho. A experiência de resistência cotidiana no processo produtivo, feita de ações miúdas, individualizadas ou grupais, vai dando maior confiança aos trabalhadores e ao mesmo tempo indica seus próprios limites. Se os quebras expressam um nível mais avançado de resistência da categoria diante dos interesses do capital, também se esgotam sob a forte repressão que desencadeiam. Daí a necessidade de encontrar uma outra forma de expressão das reivindicações latentes. Dentro de uma situação denominada de “experiência comum da exclusão social e política sob o regime autoritário” (Almeida, 1981), os trabalhadores da construção entraram no cenário grevista de 1979. Iniciando com alguns movimentos por empresa no ano anterior, nesse ano alastrou-se a prática de greves por categoria, surpreendendo as direções sindicais, que se mantinham alheias ou contra as manifestações grevistas. Combinando situações diversas no mercado de trabalho, nas condições de vida e trabalho, na experiência sindical e política, os trabalhadores brasileiros realizaram greves massivas contra a política salarial — implementada pelo regime militar desde 1965 —, pela autonomia do sindicato em relação ao Estado, e pelo direito de greve. “Luta-se a partir das bases, das fábricas, dos canteiros de obra ou escritórios, pelo reconhecimento cabal do estatuto da cidadania” (Viana, 1980:42). Ao se manifestarem massivamente em torno de suas reivindicações, expressavam o descontentamento com a orientação da política governamental e, ao mesmo tempo, abriam espaço para o reconhecimento de seus direitos sociais e políticos.

A especificidade da situação de cada categoria profissional definiu a natureza e a intensidade dos diferentes

movimentos. No caso da construção civil, além da questão salarial, os trabalhadores reivindicavam melhorias das condições de trabalho e vida nos canteiros de obra, além da libertação dos presos, não punição dos grevistas e estabilidade para os membros dos Comandos de Greve. Estes foram formados a partir da iniciativa dos próprios trabalhadores enquanto canal de negociação junto aos sindicatos, empresários e governo. Embrião de um processo de formação do sujeito coletivo, os comandos representaram uma expressão pública das reivindicações contidas no interior dos canteiros e canalizaram as pressões da base junto ao organismo oficial de representação dos seus interesses. Contudo, dado seu caráter informal, nem sempre tiveram direito a voz ou voto no processo de negociações, cabendo aos sindicatos da categoria a direção do processo, apesar do descontentamento das bases.

No caso das greves de 1979, Viana (1980) apresenta uma tentativa de explicação da ação das bases. Para ele, no chamado "sindicalismo de ponta" a mobilização das bases ocorre vinculada ao trabalho desenvolvido pelo sindicato, enquanto no "sindicalismo tradicional" os movimentos demonstraram ter havido uma manifestação contra a direção sindical, revelando a falta de representação dos interesses dos grevistas por parte dos dirigentes sindicais.

No setor tradicional, a emergência de Oposições Sindicais⁽⁵⁾ vem ocorrendo desde as experiências grevistas massivas de 1979, ocasião em que a categoria não concordou totalmente com a direção dada pelo sindicato. Na construção civil, este processo organizativo em andamento em diversas cidades vem colocando em cena a possibilidade de reconstrução do sindicato enquanto um canal de representação dos interesses coletivos, a partir do exercício da democracia como regra da vida sindical, assumindo assim uma expressão pública capaz de constituir-lo enquanto sujeito coletivo.

A continuidade do processo de resistência ao capital — incluindo desde pressões e protestos individuais e grupais, os quebras (de cantina, alojamento e escritório da firma) e as inúmeras greves por empresa e de categoria desde 1979 — tem criado um espaço de legitimidade que não pode mais ser desconsiderado pelo setor patronal. Nesse sentido, pequenas mudanças na política de pessoal de algumas

(5) O único trabalho sistemático existente sobre o assunto é a tese de Mestrado de Vanderlei Américo Amado (1988)

empresas — distribuição gratuita do café da manhã, refeições subsidiadas — já se fazem sentir, especialmente por parte das grandes construtoras. Reforça esta tendência o avanço do movimento sindical no país, com a formação das Comissões de Empresa e a criação de centrais sindicais, especialmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a qual vem mantendo conquistas trabalhistas e sociais progressivas desde sua fundação em 1983.

340

Ao incorporar a proposta do “novo sindicalismo”, as Oposições Sindicais da construção civil vêm caminhando no sentido de romper o imobilismo, assistencialismo e descolamento das bases presente na prática sindical do setor e propor um trabalho em torno da organização e mobilização da categoria a partir dos canteiros de obra e dos bairros. Nesta perspectiva, vêm abrindo cada vez mais a possibilidade da construção de um sindicato participativo e voltado para os problemas concretos dos trabalhadores. O exercício desta proposta junto à categoria vem se constituindo em desafio e diante dele vêm sendo encontradas respostas distintas e alternativas criativas para levar à frente este projeto. ■

Referências Bibliográficas

- Almeida, M. Hermínia 1981 "Tendências Recentes da Negociação Coletiva no Brasil", *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 24, n.º 2.
- Almeida, M. Hermínia 1983 "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança", in *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense.
- Amado, Vanderlei Américo 1988 "Engajamento nos Movimentos Sociais: A Origem do 'Zé Pião', Movimento de Oposição Sindical dos Trabalhadores da Construção Civil de João Pessoa", Universidade Federal da Paraíba. 341
- Bicalho de Sousa, Nair H. 1983 *Construtores de Brasília: Estudo de Operários e sua Participação Política*. Petropolis, Vozes.
- Canevacci, M. 1981 *A Dialética do Indivíduo*. São Paulo, Brasiliense.
- Coutinho, R. do L. 1980 *Operário de Construção Civil*. Rio de Janeiro, Ed. Achiamé.
- Durham, Eunice R. 1973 *A Caminho da Cidade*. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- Grandi, Sônia L. 1979 *Relações de Trabalho e Rotatividade na Construção Civil*. Dissertação de Mestrado, PUC, Rio de Janeiro.
- Grandi, Sônia L. 1984 *Diagnóstico da Indústria da Construção*. Fundação João Pinheiro.
- Grandi, Sônia L. 1985 *Desenvolvimento da Indústria da Construção: Mobilidade e Acumulação do Capital e da Força de Trabalho*. Vol. 2, Tese de Doutorado, USP.
- Kergoat, Danièle 1989 *Luttes ouvrières et rapports sociaux de sexe: de la construction du sujet collectif dans l'univers de travail ouvrier*. Universidade de São Paulo, mimeo.
- Minayo, M. Cecília 1986 "Os Construtores da Cidade", FASE, Rio de Janeiro.
- Morice, Alain 1989 "Reestruturação Política do Mercado Habitacional e Rotatividade da Mão de Obra na Construção Civil em João Pessoa", mimeo.
- Pimentel, Lourdes 1978 "Os Peões da Village: uma Reflexão sobre os Movimentos Operários da Construção Civil", IUPERJ, Rio de Janeiro.
- Potengy, Gisélia F. 1980 "O Processo de Inserção do Migrante na Sociedade Urbano-Industrial", in *Migração Interna: Textos Selecionados*, Tomo 2, BNB/ETENE, Fortaleza.
- Sader, Eder 1988 *Quando os Novos Personagens Entraram em Cena*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- Sader, Eder; Sandroni, Paulo 1981 "Lutas Operárias e Tática da Burguesia: 1978/1980", *Cadernos PUC*, 7.

- Silva, Elizabeth 1981 *Política Empresarial de Controle da Força de Trabalho: Rotatividade como Dominação*. Dissertação de Mestrado, USP.
- Valladares, Lícia do P. 1981 "Quebra-Quebras na Construção Civil: o Caso dos Operários do Metro do Rio de Janeiro", *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 24, n.º 1.
- Valladares, Lícia do P. et al. 1981 *O Processo de Trabalho e a Formação Profissional na Construção Civil*. Rio de Janeiro, FGV.
- Viana, L. Werneck 1980 "Por um Novo Sindicalismo", *Cadernos de Debate*, 7, São Paulo, Ed. Brasiliense.